

CPI: até o fim, e além

A MONTANHA, na frase do senador Jarbas Passarinho, pariu um rato.

PIOR para quem alardeou o nascimento de um dragão: na reprovação de seus pares, o senador José Paulo Bisol paga o preço de ter alarmado o país, muito além da conta, com os documentos da empreiteira Norberto Odebrecht. Foi um susto desnecessário, um risco inútil, mas as cabeças frias e sensatas voltaram a predominar em Brasília, até com tranquilizadora rapidez.

E A CPI do Orçamento começa a examinar o rato. Na verdade, uma ratazana; nem tão grande que sua descoberta abale as instituições, nem tão pequena que não venha a ser, obrigatoriamente, motivo para que se aprofundem consideravelmente as investigações.

É UMA questão de fechar o círculo. Depois de devassar os ninhos de corrompidos no Congresso, é preciso chegar aos corruptores, simultaneamente desvendando as ligações de uns e outros com setores do Governo.

NÃO se trata de uma cruzada para acabar com a desonestidade nos negócios públicos, empreitada impossível, no Brasil como em qualquer outro país. A meta é outra, alcançável em suas duas etapas necessárias. Primeiro, punir os culpados. Eles estão no Legislativo, no Governo, na iniciativa privada. Depois, criar mecanismos que impeçam a reincidência.

É PROVÁVEL que a continuação do trabalho da CPI não mostre uma camorra de empresários mandando no país através de uma fantástica estrutura clandestina. Mas certamente se encontrará aquilo que jamais foi

segredo nas ante-salas do poder: uma rotina de corrupção em que a compra de consciências é disfarçada pelo frágil sofisma da contribuição eleitoral e debitada, como se fosse despesa honesta, no custo de obras pagas pelo contribuinte.

ESSA rotina precisa ser rompida. E rompida energeticamente, como só a punição dos culpados pode fazer. O país não concordará que cheguemos às eleições de 1994 com os corrompidos em gozo de cargo ou mandato e com o lobby dos corruptores agindo impunemente nos corredores do Governo e do Congresso.

EMBORA altamente dolorosa, a etapa da punição dos culpados é a de mais fácil desenrolar. Principalmente depois das revelações sobre a ação das empreiteiras, ela depende unicamente de perseverança na apuração e equilíbrio no julgamento.

A SEGUNDA etapa é mais complicada. Trata-se de desmontar os mecanismos que transformaram a execução de obras públicas num foco de relações desonestas. Não apenas para moralizar; também por outra razão, muito prática: como está, é caro demais para o país. Todas as comissões pagas por baixo do pano são somadas, até antecipadamente, ao custo das obras. Nos extremos da desmoralização do sistema, há episódios em que nem obras existem: apenas uma hábil distribuição de comissões.

ACABAR com isso exige leis e regulamentos, destinados a destruir a força do hábito — as idéias do “sempre foi assim” e do “não poderia ser de outro jeito” — e a impor procedimentos minimamente honestos a todo o processo.

É NECESSÁRIO reduzir o poder de corrupção da contribuição eleitoral. A corporação que tem negócios com o Governo será capaz de isenção suficiente para apoiar unicamente partidos com os quais tem afinidade ideológica? E deixar de lado aqueles onde militam parlamentares que podem ajudá-la a fazer melhores negócios? A afinidade ideológica não seria, por definição, uma atitude individual — o que restringiria o direito de fazer contribuições eleitorais a pessoas físicas, com exclusão das pessoas jurídicas?

AO pensar nesses e em outros pontos, a CPI do Orçamento poderá dar a partida, em suas recomendações finais, a mudanças na legislação eleitoral que façam elevar substancialmente o índice médio de honestidade no Congresso. Será contribuição inestimável.

PARALELAMENTE, impõe-se reconhecer que os mecanismos pelos quais obras públicas são encomendadas, realizadas e pagas são todos eles incentivadores da corrupção. (Nenhuma empresa terá a caradura de alegar que é forçada a ter relações desonestas com quem quer que seja — mas é preciso reconhecer que as tentações são fortes.) E é certo que a ausência de concorrentes estrangeiros facilita eventuais acertos entre os competidores nacionais; não faz sentido que empreiteiras brasileiras possam trabalhar no mundo todo e exista aqui uma impenetrável reserva de mercado.

EM suma, o trabalho iniciado na CPI do Orçamento tem de ir até o castigo de todos os culpados — e não pode se limitar a isso. O objetivo final é a extinção das ratazanas de qualquer tamanho.